

A IMPORTÂNCIA DA CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS COMO RECURSO PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

Dra. SARAY MARQUES¹

LERIANDERSON DE TOLEDO SANTOS FILHO²

RESUMO

Este artigo trata da construção de uma educação antirracista e de relações étnico raciais saudáveis no meio educacional, a partir da Contação de Histórias, com o objetivo de difundir a cultura africana e o respeito às diferenças. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica. O referencial teórico foi levantado a partir das plataformas “Google Acadêmico”, “SciElo”. O material encontrado versa sobre o racismo, observando apontamentos denunciadores de sua capacidade de penetração em diversas instituições e situações da vida societárias, devido a seu caráter estrutural. Tal capacidade de penetração inclui, portanto, o ambiente escolar que, em função das disputas simbólicas nele travadas, tornam-se um problema, ao reproduzir o racismo nas relações étnico-raciais escolares, produzindo um ambiente discriminatório o qual afeta a população negra, prejudicando sua saúde e autoimagem, seu rendimento e sua permanência no ambiente educacional. Desta forma, buscou-se também coletar referencial teórico que trouxesse a documentação de experiências e a adoção de práticas pedagógicas que buscassem abarcar o multiculturalismo, e tivessem sucesso em combater a penetração do racismo estrutural no meio escolar. Assim, a partir da análise do material coletado, e com vistas a encontrar possíveis caminhos para o alcance do supracitado modelo de educação, obteve-se como resultado a proposição, mesmo que de maneira ensaística, da aplicação de uma dinâmica referente a “Lenda Ubuntu” que traz lições características de uma filosofia com raízes legitimamente provenientes do imaginário africano, e que pregam o respeito à diversidade e o sentimento de grupo.

Palavras-Chave: Racismo Estrutural; Educação Antirracista; Lenda Ubuntu.

ABSTRACT

This article deals with the construction of an anti-racist education and healthy ethnic racial relations in the educational environment, based on Storytelling, with the objective of spreading African culture and respect for differences. The methodology used was the literature review. The theoretical reference was raised from the platforms “Google Acadêmico”, “SciElo”, and the portal “Nova Escola”. The material found deals with racism, observing denouncing notes of its ability to penetrate various institutions and situations of societal life, due to its structural character. Such penetration capacity

¹ Dra. em Educação e Currículo pela PUC- SP. Professora da UNIBR – Faculdade de São Vicente; Professora do IFSP- Instituto de Educação Ciência e Tecnologia do estado de São Paulo – Campus Campos do Jordão.

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1696074564382504>

² Graduando em Pedagogia pelo IFSP - Instituto Federal de Educação e Ciência e Tecnologia do estado de São Paulo – Campus Campos do Jordão.

includes, therefore, the school environment which, due to the symbolic disputes held in it, becomes a problem, by reproducing racism in ethnic-racial school relations, producing a discriminatory environment which affects the black population, harming their health and self-image, their performance and their permanence in the educational environment. In this way, we also sought to collect a theoretical framework that would bring the documentation of experiences and the adoption of pedagogical practices that sought to embrace multiculturalism, and were successful in combating the penetration of structural racism in the school environment. Thus, from the analysis of the material collected, and in order to find possible ways to reach the aforementioned model of education, the result was the proposition, even if in an essayistic way, of the application of a dynamic referring to the “Ubuntu Legend” which brings characteristic lessons of a philosophy with roots legitimately coming from the African imagination, and which preach respect for diversity and group feeling.

Keywords: Racism Structural; Anti-racist Education; Ubuntu; Legend.

1 INTRODUÇÃO

O termo racismo trata de uma ideologia que defende a concepção de que as etnias de expressão fenotípica branca possuem supremacia em relação às populações, cuja etnia possui expressão fenotípica negra. Esta visão de mundo foi amplamente difundida no período colonialista das sociedades europeias, no século XVI e produziu diversos acontecimentos históricos, que hoje são encarados como desastres humanitários, tal qual a escravização de povos africanos nas diversas colônias das potências expansionistas da Europa.

Apesar disso, esse ideário se constituiu em uma corrente de pensamento persistente, que se arraigou no imaginário e nos processos de algumas sociedades modernas. Uma das sociedades que conservou tais conjecturas foi a brasileira. Para compreender como essas ideias discriminatórias perduraram no Brasil, faz-se necessário considerar um resgate de seu processo histórico de formação nacional.

A adoção do regime escravocrata pelo Brasil, a partir de meados do século XVI, levou populações nativas do continente africano à submissão e ao cerceamento de seus direitos e liberdades, bem como a precárias condições de vida que as impediam, inclusive, de vivenciar sua própria cultura. Instituições importantes como as igrejas da religião oficial do império brasileiro, realizaram uma ampla difusão da ideologia racista, conjuntamente com outros agentes societários, o que fez com que esse modelo de produção exploratório permanecesse vigente durante praticamente três séculos na sociedade brasileira.

Tal contexto discriminatório não sofreu alterações consideráveis a despeito de uma relevante mudança neste cenário, em fins do século XIX, em vista da promulgação da Lei Áurea que deu fim à escravidão no Brasil. Entretanto, a maneira como se deu a abolição, em 1888, fez com que a população negra sofresse com omissão do Estado ao não promover políticas públicas cujos objetivos fossem a reinserção dessa parcela da população na sociedade. A discriminação racial perdurou nas relações e dinâmicas socioeconômicas, pois, apesar da libertação, nada foi feito para conscientizar a necessidade de abandono das ideias racistas, nem maiores garantias jurídicas foram dadas, para que a população afro-brasileira pudesse reivindicar os mesmos direitos do homem branco livre, ou ter acesso às mesmas oportunidades, sendo a educação de qualidade e que abarcasse os significados culturais dessa população uma das principais negações feitas a esses povos, bem como o não acesso à saúde, à moradia e à entrada no mercado de trabalho, entre outros.

Além disso, a política do Estado brasileiro para o estímulo da imigração dos povos europeus, que tomou lugar durante o início do século XX, configurou um dos reflexos consequentes desta ideologia racial, uma vez que tinha como pretensão ocupar os postos de trabalho disponíveis graças à abolição da escravatura, com mão de obra europeia, bem como, embasados em uma perspectiva eugenista, buscava promover a miscigenação dos povos com a expectativa de realizar um branqueamento do contingente populacional nacional, de modo a extirpar a presença da população negra marginalizada.

Contudo, vale salientar que uma herança histórica não se faz suficiente para explicar a permanência do pensamento racista na sociedade. Uma explicação mais robusta pode se apresentar ao se realizar a análise das relações de poder da sociedade e suas dinâmicas muito além da atuação consciente dos atores societários: reflexões e trabalhos científicos recentes, promovidos com o impulso de demandas inoculadas pela militância do movimento negro brasileiro, já tornaram terreno comum, que toda forma de expressão do racismo é estrutural, uma vez que o racismo não se restringe a uma prática individual e direcionada a insultar alguém; trata-se, em verdade, de um fenômeno, no qual as condições de disposição dos elementos que estruturam a sociedade, reproduzem a ideologia que leva à sujeição de determinados grupos, que são apontados racialmente, a um estado de inferioridade e

submissão.

Estando o ambiente escolar inserido na sociedade como uma instituição constituinte de seus panoramas, torna-se natural que ela também possa ser afetada, e, com isso, as relações étnico-raciais propiciadas pela convivência entre os discentes, bem como entre docentes e demais membros envolvidos nessa situação relacional. Tornando a sua conceituação sociológica fundamental para este trabalho, já que, a despeito de uma longa discussão promovida no campo acadêmico, político e social, bem como do consenso jurídico de criminalização de práticas de cunho racista, essas ideias têm ainda resguardada a capacidade de modelar e alterar intensamente o funcionamento da vida societária, produzindo um panorama preocupante que gera dinâmicas de poder perversas e opressivas, as quais desfavorecem dados grupos étnicos, conforme apontam diversos campos das ciências humanas como a Antropologia, a Sociologia e a Pedagogia.

Desta maneira, a partir de uma perspectiva gnosiológica, a qual trata da essência das coisas, o racismo possui caráter estrutural, na medida em que pode ser entendido como discriminação, a partir, tanto de práticas conscientes, como inconscientes dos membros da sociedade, as quais afetam negativamente dado grupo étnico-racial. Sua diferenciação, faz-se necessária por ser constantemente posto no mesmo patamar do pensamento preconceituoso, entendido como a elaboração de um juízo de valor, geralmente ofensivo, sobre determinado indivíduo ou grupo social; algo que pode ser observado, por exemplo, em falas generalistas e estereotipadas como “Os negros têm um cheiro mais forte.”.

Outro conceito que repetidamente é colocado como equivalente ao racismo é o da discriminação racial, cuja acepção é a de tratar alguém de maneira arbitrariamente diferenciada por conta de sua expressão étnico racial. Uma maneira de exemplificar tal conceito é o regime de exceção *Apartheid* adotado em algumas nações como EUA e África do Sul, no qual a população negra tinha de usar banheiros, bebedouros, vias públicas, transportes e até horários diferentes nas escolas, de maneira a se manter longe da população branca. Assim, reitera-se que o racismo suscita a compreensão de que se constitui um elemento que abarca não somente a discriminação e o preconceito raciais, mas também a vastidão de esferas da vida societária por meio das relações sociais, das dinâmicas políticas, dos instrumentos jurídicos e de modelos econômicos que se posicionam de maneira que levam ao

prejuízo de um indivíduo ou grupos sociais, em função, única e exclusivamente de sua etnia. Desta forma, objetivando combater as influências dessas ideologias no ambiente educacional, esta pesquisa tencionou encontrar elementos que pudessem compor uma práxis pedagógica antirracista, com vistas a fomentar o respeito às diferenças, o multiculturalismo e de modo a facilitar a construção de relações de cunho étnico-raciais saudáveis.

Para tanto, optou-se como recurso procedimental a pesquisa de natureza bibliográfica. A busca pelo referencial teórico se deu em três etapas. Na primeira etapa buscou-se – a partir de Bibliotecas Científicas e Acervos Acadêmicos como “SciELO” e “Google Acadêmico” – trabalhos científicos prévios, bem como pesquisas estatísticas, tais quais o “Atlas da Violência”, promovida pelo IPEA, além da triagem do perfil das lideranças das 500 maiores empresas do Brasil, promovida pelo Instituto Ethos; que fossem capazes de trazer a acepção do racismo, enquanto fenômeno sociológico estrutural, bem como pudessem trazer uma materialização desta nuance dessa base de pensamento. Em seguida, na segunda etapa, retornou-se às plataformas de busca supracitadas em busca de material de pesquisa que retratasse as influências do racismo no ambiente escolar e que apresentassem propostas de intervenção já previamente testadas e aplicadas, além de possuírem êxito em combatê-lo. Com este objetivo utilizou-se palavras-chave e termos como:

- Racismo;
- Relações Étnico-raciais;
- Práxis Pedagógica;
- Pedagogia Antirracista;
- Multiculturalismo.

Nessa fase da pesquisa notou-se um grande potencial de combate ao racismo a partir da utilização do recurso de “Contaçõ de Histórias”, que basicamente consiste em realizar um movimento contrário à premissa racista de inferiorização dos povos e de seus aspectos conferidores de identidade, ao valorizar a cultura, e a visão de mundo de povos africanos, contando histórias nativas dos povos daquele continente. De cinco lendas encontradas, desenvolveu-se especial interesse pela “lenda Ubuntu” cujos valores filosóficos defendem a busca pelo respeito e pela felicidade em

grupo. Assim, na Terceira etapa, buscou-se aprofundar o conhecimento desta história, bem como as análises de seus valores de modo a obter compreensões epistemológicas que pudessem tornar a práxis educativa mais robusta e consciente.

Como resultados obteve-se um acervo de conhecimentos que permitiu apontar possíveis maneiras de como se materializa o racismo estrutural e de que forma ele se encaminha para a penetração no ambiente escolar. Obteve-se também uma compreensão mais profunda da Lenda Ubuntu e uma sugestão ensaística de como aplicá-la na prática docente para o atingimento dos objetivos supracitados. Tais resultados estão descritos na discussão que se segue.

2 EXEMPLOS DA MANIFESTAÇÃO ESTRUTURAL DO RACISMO E DE SUA PENETRAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

Estabelecido o panorama social responsável pela manutenção de relações étnico-raciais de cunho racista, a partir da análise da primeira parte referencial teórico que versa sobre o racismo enquanto fenômeno societário estrutural, achou-se importante desenvolver e frisar as maneiras diversas pelas quais se manifesta, bem como, quais caminhos o levam, ao ambiente pedagógico. Para isso, parte-se de que, em vias gerais, conforme Almeida (2018, p.30), uma sociedade, cujas instituições e órgãos reguladores de códigos de conduta e padrões comportamentais dos indivíduos tiveram sua edificação e consumação amparadas em uma ótica racista de compreensão do mundo, acaba se tornando tendenciosamente natural que a estrutura de funcionamento dessa sociedade possua o racismo como um de seus componentes.

Um exemplo de materialização dessa conjectura estrutural é passível de ser percebida na taxa de ocupação dos cargos de liderança por negros, nas quinhentas maiores empresas nacionais, a qual, em consonância com o estudo do Instituto ETHOS (2016), é de apenas 10%, mesmo que a população negra seja a maior parte da população brasileira. Outro tipo de materialização desta realidade, pode ser encontrado nas estatísticas trazidas pelo IPEA (2020), nas quais é mostrado que o número de homicídios da população negra sofreu um aumento de 11,5% no período compreendido entre os anos de 2008 e 2018, enquanto o índice de homicídios da

parcela não negra, passou por diminuição de 12%. Isso torna possível elucidar que o racismo é estrutural e se expressa nas disparidades pois configura-se como componente integrante da própria ordem societária e é reproduzido por seus membros seja de maneira consciente ou não, em todos os aspectos da vida em sociedade: políticos, econômicos e sociais (ALMEIDA, 2018, p.36).

Isso começa a deixar clara a diversidade de possibilidades com as quais o ideário racista pode se manifestar, em consonância com o que afirma Pinto (2020, *online*), sob a ótica da doutora em educação Adriana Moreira, alerta-se que é necessário pensar em estratégias e instrumentos para combatê-lo.

Precisamos entender por que os meninos negros saem mais cedo da escola do que os garotos brancos, o que acontece no ambiente escolar, quais são as trajetórias desses meninos, porque que esses meninos são mais colocados numa trajetória de morte na adolescência do que os meninos brancos. São questões fundamentais, que quando a gente discute a estruturação dos processos, constrói a racionalização das instituições e das relações institucionais e interpessoais, ajuda a pensar em possibilidades de desfazer os processos.

Outro exemplo, este menos material e mais inconsciente, de manifestações do racismo estrutural, conforme trazido por AMEPE (2020), é perpetuação do uso irrefletido de léxicos e expressões idiomáticas, cujas raízes etimológicas possuem caráter discriminatório, ou estão ligadas a um passado racista, tais quais: “denegrir” – expressão que associa o negro a aspectos negativos e pode ser substituída por difamar; “a coisa tá preta – expressão que pode ser substituída por “a situação está difícil”; “Lista Negra – a qual pode ser substituída por “lista de restrição”, “Criado Mudo – que se refere a determinado tipo de trabalho escravo e poderia ser substituída por “mesa de cabeceira”; etc. Tal conduta, com o objetivo de quebrar um imaginário permissivo a falas racistas, deve ser combatida inclusive por políticas públicas em diversas instâncias, como ocorreu, por exemplo, nas diretrizes trazidas pela iniciativa informativa da Associação dos Magistrados de Pernambuco (AMEPE, 2020) que foi inspirada na cartilha produzida pelo Ministério Público do Distrito Federal.

Até mesmo a recente pandemia de COVID – 19, deflagrada em 2020, funcionou como mecanismo revelador do alcance que o racismo estrutural possui na vida dos agentes sociais. Uma nota técnica do Centro Técnico Científico da PUC-Rio (CTC/PUC-Rio), trouxe dados que demonstram que as populações negras e miscigenada, morreram mais com a contaminação do vírus SARS-COV2 do que os brancos no país, conforme (NOIS, 2020, *online*). O trabalho aferiu as variações das

taxas de letalidade do vírus, de acordo com os aspectos demográficos e socioeconômicas da amostragem averiguada. Além disso, conforme Pinto, (2020, online) a cientista social Anatalina traz a compreensão de que os dados trazidos pelo estudo se trata do racismo em sua faceta mais profunda. O vírus infestou as regiões marginalizadas do Brasil e acabou adquirindo CEP específico. E partindo-se da noção de que no Brasil a maioria população é preta e vulnerável, é possível inferir a parcela da sociedade que veio a falecer.

Já quando se caminha para o ambiente escolar, a penetração do racismo estrutural torna-se preocupante para os educadores, na medida em que a escola se configura como local público na concepção de Silva (2017) e, portanto, não deveria ser uma extensão das estruturas que perpetuam relações de poder opressivas como o racismo, tal qual se observa em:

[...] a duas características fundamentais do sentido de público para Arendt: 1) o que pode ser visto e ouvido por todos e 2) um mundo comum que difere do espaço privado. Concluímos, ao incorporar os sentidos arendtianos de público, que a educação não se separa de um ensinar a responsabilidade pelo mundo [...]” (ARENDDT, 2015 p 61-4 apud SILVA, 2017, p.8).

Contudo, Rezende (2021, on-line), afirma que, conforme aponta o panorama defendido pela corrente de pensamento de Pierre Bourdieu, a escola tende a reproduzir relações de disputa de poder e conflito social, na medida em que se configura como local de disputas simbólicas, ou seja, poder imaterial e, portanto, como as classes dominantes são de etnia branca e possuem ideais racistas, a escola, seja em condutas de seus profissionais, ou, seja pela orientação de seu currículo tenderá a reproduzir essa estrutura da sociedade haja vista que faz parte da dinâmica de elementos estruturados e estruturante.

Sendo assim, diretrizes como elaboradas pelo ex-presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, cujas principais medidas a serem destacadas como positivas em sua gestão da máquina pública, promulgou a Lei nº 10.639/03 BRASIL (2003), com o objetivo de estabelecer a obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira, mostram-se fundamentais para garantir a emancipação cultural desta parcela da população. Além disso, conforme MEC/SECAD (2006, p.13), ações como estas são fundamentais para combater o racismo que advém do branqueamento curricular, reforçando a representatividades e a relevância da cultura africana e afrobrasileira na composição da identidade cultural do Brasil como um todo. Assim,

chega se ao questionamento de quais práticas pedagógicas podem garantir o cumprimento destas intenções no ambiente educacional?

3 ANÁLISE DE PROPOSTAS PEDAGÓGICAS DE CUNHO MULTICULTURALISTA PARA O TRABALHO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS NO MEIO ESCOLAR: CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS

De acordo com Abramowicz, Barbosa e Silvério, (2021) as relações raciais na escola mostram que o tratamento com distinção dentro da sala de aula é um dos fatores que contribuem para o baixo rendimento das crianças negras. Diante disso, torna-se nítida a necessidade de se fazer cumprir dispositivos legais que amparam discussão da diversidade cultural, como a Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2003), que consonância com Raimundo e Terra, (2021, p.8), torna possível

[...] a essas crianças, no espaço escolar, o direito de serem respeitadas em suas diferenças, de conhecer e acolher as várias histórias de civilizações, grupos sociais e étnico-raciais diversos, ressaltando a importância e a riqueza de conhecer as contribuições da cultura africana na formação e constituição da nação brasileira.

Desta maneira, tendo em vista as concepções já mencionadas, como também as de Durkheim que definiu a pedagogia como “uma teoria prática”, bem como a valorização da experiência no fazer pedagógico defendido por Diniz-Pereira a partir da perspectiva de John Dewey, buscou-se analisar a segunda parte do material referencial desta pesquisa que versa sobre narrativas e relatos de experiências pedagógicas bem sucedidas na mitigação da presença do racismo nas relações do ambiente escolar, bem como na promoção de uma educação multicultural e de respeito as diferenças (DURKHEIM *apud* DINIZ-PEREIRA, 2010, p.91).

A título de exemplo de eficácia de atividade, pode-se tomar os relatos Pedagoga Rita de Cássia Silva Santos, que leciona na educação básica em Salvador BA. De acordo com Menezes (2007, on-line), na escola de Rita 89 dos 150 matriculados são Afrodescendentes, mas poucos conheciam a cultura de seus antepassados e, para mudar essa realidade, ela criou o projeto Griô, palavra de origem africana que significa “contador de histórias”, com objetivo de valorizar a identidade racial das crianças.

Outra Referência de sucesso e relevância desse tipo de dinâmica na construção de uma educação antirracista são os resultados obtidos por Raimundo e

Terra (2021) com uma narrativa de pesquisa-formação, no Rio de Janeiro, sobre a experiência de aluna e professora frente ao racismo. Esse trabalho mostrou como o racismo afetou uma aluna, cujo cabelo a tornou alvo de discriminação dos colegas, e acabou por evidenciar constatações obtidas pela educadora física da instituição analisada por meio de reflexões de sua prática pedagógica: crianças, já a na Educação Infantil, possuem padrões eurocêntricos arraigados, o que denota a urgência de se analisar maneiras de construir posturas de resistência no ambiente escolar (RAIMUNDO e TERRA, 2021).

Ainda de acordo com Raimundo e Terra (2021), frente a este panorama, a docente elaborou aulas que abordassem a cultura africana e afro-brasileira a partir de brincadeiras como o jogo do Labirinto (Moçambique), amarelinha africana, jogo da capoeira, oficina de bonecas Abayomi, histórias infantis que valorizavam a beleza negra e a cultura africana entre outras, seguidas de uma roda de conversa. Durante a roda, os autores relatam que muitas crianças negras assistiam aos vídeos e se deparavam com situações análogas às que vivenciavam, realizavam a descoberta de sua identidade enquanto criança negra. A inconformidade desta professora mobilizou outros colegas do corpo docente e as oficinas foram bem recebidas pelos pais e responsáveis.

4 RESULTADOS: UMA CONTRIBUIÇÃO ENSAÍSTICA PARA O TRABALHO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM SALA DE AULA

Segundo a interpretação de Diniz-Pereira (2010), os pensamentos de John Dewey apontam claramente que a formação de professores não poderia ser apenas teórica, mas deveria envolver também algum trabalho prático. Desta forma, de modo a promover a materialização do trabalho das relações étnico raciais em sala de aula,

na busca de uma educação antirracista, propõe-se como possível recurso a Contação da História da Lenda Ubuntu. Essa é uma bela lenda africana que aborda valores como cooperação, igualdade e respeito. Para este processo, recomenda-se que uma pequena introdução seja realizada de início, para situá-los numa atmosfera de interesse pela africanidade.

Para tanto, recomenda-se que sejam promovidas rodas de conversa,

localizando a África em um mapa, ou globo e apresentando características do continente a partir do uso de personagens, como por exemplo um casal de bonecos pretos que viva no território. Em seguida, conte a história e associe-a a alguma atividade em grupo para tornar o processo mais lúdico e permitir maior absorção dos valores que se almeja alcançar. Recomenda-se também, dramatizar a história encenando-a com os alunos envolvendo-os no enredo da lenda, para a posterior explicação dos conceitos envolvidos.

4.1 A Lenda de Ubuntu

Em função da sua importância reflexiva, a Lenda Ubuntu tem sido alvo de diversos estudos no das ciências humanas, com foco principalmente na área da educação e filosofia, assim, pode-se contar essa história tomando-se como referência o pronunciamento dado pela escritora, filósofa e jornalista Diskin (2006), no Festival Mundial da Paz, realizado na cidade de Florianópolis; ou ainda a adaptação infantil dessa história realizada por Moral (2020, on-line):

“Certa vez, um curioso viajante europeu ocupado da, à época, pungente antropologia, viajou até o continente africano para realizar um importante pesquisa, visitando, para isso uma tribo nativa. Uma vez lá, almejou entender com profundidade a maneira como pensavam e sentiam, os membros daquela comunidade, o mundo a seu redor, de modo a desvendar quais eram os valores que norteavam aquele povo. De início, pensou em investigar primeiramente as crianças, cuja sinceridade pueril facilitaria sua observação. Ele então, resolveu propor uma dinâmica aos infantes.

Dirigiu-se à cidade e comprou uma linda cesta trançada, que enfeitou com laços e encheu de frutas e guloseimas de toda sorte. O antropólogo então voltou à aldeia e posicionou a cesta embaixo de uma árvore. Traçou no chão uma longa linha de demarcação, chamou as crianças e disse-lhes o seguinte:

– Vamos realizar uma brincadeira: quando eu disser já, vocês sairão desta linha em direção à cesta que está debaixo da árvore e o primeiro de vocês que chegar até lá, ganhará como prêmio a cesta e tudo que há nela!

As crianças ficaram animadas e se posicionaram ao longo da linha. Contudo, quando o pesquisador deu o sinal de largada, ocorreu algo que ele não previa. As

crianças deram as mãos, formando uma grande corrente e correram em direção à árvore todas juntas. Assim, todas chegaram ao mesmo tempo no prêmio e o dividiram.

O Antropólogo pasmo e boquiaberto correu em direção às crianças e, não se segurando de curiosidade, perguntou:

– Por que vocês se juntaram para a corrida, por que não tentaram conquistar todo o prêmio sozinhas, para que apenas um de vocês ganhasse todas as guloseimas?

Uma das crianças então respondeu sem demora:

– Ubuntu, tio! Como um de nós poderia ficar feliz, enquanto os outros estivessem tristes?”

O antropólogo ficou embasbacado com a beleza da resposta daquela criança e compreendeu que os valores daquele povo eram vastos e profundos e poderiam ensinar uma nova maneira de pensar em grupo, pensando sempre na felicidade de todos antes da felicidade individual.”

4.1.2 Explicação da lenda

Para que se possa compreender toda a extensão e a riqueza de significados que podem ser aproveitados na práxis docente pelo termo *Ubuntu*, faz-se necessário considerar que a filosofia, enquanto sistema científico de apreensão do mundo possui uma diferenciação geográfica e cultural, conforme nos traz Cavalcante (2020, p.186). Desta maneira, a filosofia do povo africano, ao contrário da apreensão de mundo eurocêntrica, ou de países americanos de ascendência anglo-saxã, apresenta-se por meio de uma inquietação com o outro bem como com a existência humana de maneira grupal.

Ainda segundo Cavalcante (2020, p.185),

A palavra Ubuntu é a denominação de uma espécie de “Filosofia do Nós”, significando uma ética coletiva com a finalidade de conectar as pessoas com a vida, com a natureza, com o divino e com as outras pessoas de forma comunitária, em um plano de imanência onde todas as forças se unem e se cruzam. A filosofia Ubuntu no pensamento africano apresenta uma perspectiva da construção coletiva do pensamento e da racionalidade humana, tornando o ser como um potencial territorializante e desterritorializante.

Assim, torna-se cabível afirmar que as filosofias africanas se ocupam de uma percepção da realidade frente a um arranjo de coletividade, permitindo a formação de novas experiências internas e interrelacionais em um nível absoluto e comum a todos, conforme Cavalcante (2020, p.185).

Já do ponto de vista etimológico, Cavalcante (2020, p.186) traz-nos que a palavra Ubuntu pode ser dissecada no prefixo *ubu-* que compreende a noção do Ser de maneira ativa e movimentada, com uma ótica integral, que precede modos de existência individuais, em constante transformação; e o sufixo *-ntu* indica toda forma de expressão particular de existência. Desta maneira, a compreensão do léxico *Ubuntu* torna possível apontar tudo o que é de alguma maneira relativo ao convívio, tudo aquilo que se tem em comum com os demais em um contexto integrador de tudo o que se encontra em estado de transformação. O que torna *Ubuntu* um elemento de sustentação para a filosofia africana a qual traz, à centralidade, os signos de humanidade e comunidade.

Nesse sentido, conforme Cavalcante (2020, p.187) a filosofia *Ubuntu* pode ser elucidada como uma forma de pensar em constante mudança a partir de uma maneira estar no mundo com as outras pessoas; não sendo incomum a associação de *Ubuntu* com noções de “humanismo”. Essas noções filosóficas possibilitam começar a construção nos discentes da compreensão da possibilidade experimentar a nossa vivência humana, não apenas restrita à percepção individual, mas sim em um nível de grupo, colocando-se para tanto em um espaço de compreensão social que é fundamental para a construção de um ambiente escolar antirracista e de uma vivência cidadã e democrática.

Por fim, conforme Cavalcante (2020), vale ressaltar que o termo Ubuntu é proveniente dos idiomas Zulu e Xhosa, relativos à cultura dos povos bantus, localizados ao sul do continente africano que, muito mais do que apenas uma história de caráter alegórico, busca transmitir, como já foi discutido uma camada mais profunda da filosofia e das raízes do pensamento africano. Sua aceção de maneira mais didática pode ser sintetizada na frase “Sou quem sou porque somos todos nós”. Os grupos africanos que compartilham deste signo, acreditam que é por meio da união e da cooperação que se alcança a felicidade verdadeira, pois em um grupo em que seus membros estão em harmonia, está presente, então, a plenitude individual, conforme é trazido em:

A palavra Ubuntu tem origem nos idiomas zulu e xhosa do sul do continente africano e tem como significado a humanidade para todos. Nesse sentido, a Filosofia Ubuntu fundamenta-se em uma ética da coletividade, representada principalmente pela convivência harmoniosa com o outro e baseada na categoria do “nós”, como membro integrante de um todo social (CAVALCANTE, 2020, p.184).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista a discussão realizada pela análise do material referencial deste trabalho, foram realizados apontamentos relevantes acerca da conceituação fenomenológica e societária do racismo; bem como foi reunido um volume de exemplificações que solidificam as concepções acerca de seu caráter estrutural.

Desta forma, sinaliza-se a necessidade de que a formação dos profissionais de educação tenha, aliada à faceta teórica, uma práxis educativa, cujo foco seja o enfrentamento desta estrutura nociva a um ambiente escolar saudável.

Além disso, apontou-se como esse caráter estrutural faz do racismo uma problemática que pode permear as relações étnico-raciais, os processos e as dinâmicas de funcionamento do ambiente escolar, suscitando, portanto, a necessidade de se combater esse ideário discriminatório com práticas docentes que almejem incentivar a criação de um ambiente suscetível ao multiculturalismo e embasado no respeito mútuo as diferenças. Garantindo, assim, aplicação da lei 10.639 de 2003 que determina obrigatoriedade do ensino de História da África e da Cultura Afro-brasileira, para que se possa proporcionar aos alunos negros a capacidade encarar de maneira positiva a sua subjetividade étnico-racial, bem como a sua ancestralidade.

Ademais, a partir do exame das narrativas e produções acadêmicas anteriores a este artigo, cujo objetivo era o trabalho em prol de se construir uma educação antirracista; ficou clara a relevância de uma práxis docente empenhada e comprometida com combate ao preconceito racial, e com a edificação de uma consciência coletiva e de grupo.

Por fim, indicou-se ainda como pode ser rica a valorização de filosofias e modos de pensar distintos do padrão eurocêntrico, como o sugerido por nossa proposta ensaística, por meio da contação da “Lenda Ubuntu”. Sendo interessante frisar que,

embora seu principal intuito seja o de realizar a demonstração filosófica de como, apesar de quaisquer diferenças, os seres humanos em essência são iguais por serem juntos, e porque, juntos são também mais fortes, a utilização de uma filosofia de geografia diversa amplia os horizontes de compreensão da vida societária e abre possibilidades de facilitação de uma vida democrática, cidadã e humanizada.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICZ, Anete; BARBOSA Lucia Maria de Assunção; SILVÉRIO, Valter Roberto. **Educação como Prática da Diferença**, Autores Associados, 2ª ed. Campinas, SP, 2021.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é Racismo Estrutural?**. Belo Horizonte – MG, Letramento, 2018.

AMEPE, **Racismo nas Palavras**. Pernambuco, 2020.

BRASIL. Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm Acesso em: 15 mar. 2022

CAVALCANTE, Kellison Lima Cavalcante. Fundamentos da filosofia Ubuntu: afroperspectivas e o humanismo africano. **Revista Semiárido De Visu**, Petrolina, v. 8, n. 2, p. 184-192, 2020.

DINIZ-PEREIRA, Júlio Emílio. A epistemologia da experiência na formação de professores: primeiras aproximações. **Formação docente**, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p.83-93, 2010. Disponível em: https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbfpf/article/view/v2n2_2f. Acesso em: 09 mai. 2019.

ETHOS, Instituto. **Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas**. São Paulo (SP), 2016. Disponível em: https://issuu.com/institutoethos/docs/perfil_social_tacial_genero_500empr Acesso em: 03 de mar de 2022

IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência**. 2020. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.38116.riatlasdaviolencia2020>. Acesso em: 03 mar. 2022.

MEC/SECAD. Ministério da Educação/Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

MENEZES, Débora. **Como trabalhar as relações raciais na pré-escola**, 01 de Fev. de 2007. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/130/como-trabalhar-as-relacoes-raciais-na-pre-escola>. Acesso em: 07 dez. 2021.

MORAL, Silvia. **Ubuntu**. Santillana, 1ª Edição, 2020. Disponível em: <https://www.santillana.pt/files/apps/mun3/assets/ubuntu.pdf> . Acesso em: 03 de mar. 2022.

NOIS. 11ª Nota Técnica (NT) do Núcleo de Operações e Inteligência em Saúde (NOIS), Departamento de Engenharia Industrial do **Centro Técnico Científico da PUC-Rio (CTC/PUC-Rio)**. Rio de Janeiro - RJ, 18 mai. 2020 Disponível em: <https://www.ctc.puc-rio.br/diferencas-sociais-confirmam-que-pretos-e-pardos-morrem-mais-de-covid-19-do-que-brancos-segundo-nt11-do-nois/> . Acesso em: 13 jan. 2022.

PINTO, Walber. Saiba o que é racismo estrutural e como ele se organiza no Brasil. **Portal Central Unida dos Trabalhadores (CUT)**, 2020. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/saiba-o-que-e-racismo-estrutural-e-como-ele-se-organiza-no-brasil-0a7d>. Acesso em: 13 jan. 2022.

RAIMUNDO, Alessandra Cristina; TERRA, Dinah Vasconcellos. EDUCAÇÃO PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL: A História de Sophia. **Movimento**, Porto Alegre - RS, v. 27, p. 1-10, 2 abr. 2021. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/1982-8918.108168>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mov/a/wfgxVmcr4QQ8hpBd4fw3TcN/>. Acesso em: 13 jan. 2021.

REZENDE, Tatiana. **PIERRE Bourdieu: Poder Simbólico e Violência Simbólica**. Direção de Tatiana Rezende. Produção de Tatiana Rezende. Realização de Tatiana Rezende. Roteiro: Tatiana Rezende. Belo Horizonte - MG: Canal Historizando, 2021. (17 min.), Youtube, color. Disponível em: <https://youtu.be/bluJ64JioiY>. Acesso em: 15 jan. 2022.